

inflação elevada e crescente – sob justificativa de riscos de eclosão de uma crise sistêmica.

Em síntese, o Plano Real carece de uma âncora estrutural. Em três anos – se for incorporado o tempo em que o atual presidente da República ocupou a pasta da Fazenda – o Executivo não conseguiu negociar, com o Congresso Nacional, a aprovação das mudanças de base necessárias à diminuição dos custos e elevação da produtividade da economia brasileira. Dentre elas destacam-se as reformas previdenciária, tributária, administrativa e financeira, a aceleração das privatizações e a redefinição de receitas e encargos entre União, estados e municípios, suficientes, no conjunto, para a diminuição do déficit público, o desgravamento fiscal das atividades produtivas e o resgate da capacidade de investimento em infra-estrutura econômica e social.

O mais preocupante é que apesar do aumento da carga tributária, engrossada pelo Fundo Social de Emergência (FSE) – prorrogado como Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) – e pelo Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF), o governo inverteu uma situação de superávit operacional em 1994 para um déficit de quase 5% do Produto Interno Bruto (PIB) em 1995, resultado da ampliação dos dispêndios correntes em quase 10% do PIB.

Na falta dos ajustes estruturais, o ciclo político, ou mais apropriadamente a operação-reforço da base governista nas eleições municipais, induziu a adoção de algumas medidas de relaxamento da restrição monetária (ampliação de prazos, securitização de dívidas e abertura de linhas de financiamento a pequenas e médias empresas) e mais recentemente de incentivo creditício às exportações num montante de US\$ 1 bilhão. Na visão oficial, a ligeira reativação das vendas industriais em maio referendaria a tese de que

“o pior já passou”, propiciando uma virada no segundo semestre de 1996, rumo a uma fase de estabilização de preços e expansão econômica, em contraposição ao período de contenção verificado especialmente entre abril de 1995 e março de 1996.

Lamentavelmente, trata-se de um exercício preditivo otimista. As providências de flexibilização creditícia deverão apresentar impactos reduzidos nos níveis de produção – e menores ainda na oferta de emprego, não deixando qualquer esperança de recuperação das vagas perdidas, pois o atendimento de encomendas adicionais pode ser feito com o recurso das horas extras – em razão do prosseguimento da situação de altas taxas de juros e elevados níveis de desemprego e inadimplência, pois a repactuação dos débitos não diminui o endividamento. A recuperação econômica em curso pode ser atribuída, em grande proporção, aos efeitos multiplicadores da renda agrícola, associada à elevação das cotações internacionais, principalmente dos grãos, e ao movimento de desova de estoques comerciais, puxado pelo abrandamento do arrocho e por fatores sazonais como o Dia das Mães e a entrada do inverno.

A criação de circunstâncias favoráveis a um novo e prolongado período de expansão econômica passa, portanto, pelo aprofundamento das correções de rota da administração macroeconômica, pelo esforço de aprovação dos projetos de modernização e melhoria de eficiência do Estado e de diminuição do Custo Brasil e, finalmente, pela execução de uma política industrial voltada à reestruturação tecnológico-produtivo-gerencial dos segmentos mais sensíveis à competição internacional (facilitada pela apreciação do real) e ao fortalecimento do mercado interno, apoiado na recomposição do poder de compra dos salários.

Crise Bancária e Estabilização Macroeconômica

Gilmar Mendes Lourenço*

O presente texto aborda, em caráter preliminar, alguns elementos explicativos do atual momento de instabilidade vivido pelo sistema bancário brasileiro e sua sincronização com o processo de estabilização macroeconômica em implementação há dois anos.

Trata-se de uma equação não resolvida, repleta de incógnitas e imperfeições, resumidas na ineficiência do segmento de intermediários financeiros atuante no país, particularmente quando confrontado com os padrões internacionais. Conforme levanta-

mento realizado pelo Banco Fator, os dispêndios administrativos desse tipo de instituição correspondem a 9,3% de seus ativos no Brasil, contra 7,2%, 5,0% e 3,7% na Argentina, México e Estados Unidos, respectivamente.

Paralelamente, depreende-se contínua queda da rentabilidade bancária (lucro/patrimônio líquido), retrocedendo de 17,9% em 1985 para 11,5% em

*Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.

1995, e forte encurtamento da participação da intermediação financeira no Produto Interno Bruto (PIB), declinando de 13,9% em 1990 para aproximadamente 7,7% em 1994 e 1995, conforme mensurações feitas pelo IBGE. Esses fatores impactaram diretamente no contingente empregado pelo subsetor, que recua de 825 mil pessoas ocupadas em 1989 para 576 mil em 1995, segundo estatísticas da Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

A propósito disso, os resultados da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Curitiba (RMC) realizada pelo IPARDES e DIEESE destacam, entre outros números preocupantes, a sensível diminuição do nível de ocupação nos serviços creditícios. Chama atenção a variação anual negativa média de 23% entre dezembro de 1995 e março de 1996, reduzindo o montante de mão-de-obra empregado pelo subsetor para 80% do verificado em fevereiro de 1995.

Toda essa dinâmica carrega dois componentes explicativos interligados. O primeiro corresponde à reprodução da tendência mundial de gradativo encolhimento da intermediação financeira propriamente dita, ao lado do progressivo avanço de empresas industriais (particularmente montadoras) e comerciais (redes de varejo) em atividades típicas de concessão de crédito, principalmente com a utilização de recursos internacionais. É claro que essa marcha foi agilizada no Brasil pela parafernália de regulamentação

da restrição monetária, implementada desde fins de 1994, como forma de segurar a atividade econômica em níveis compatíveis com a gestão do real, carente de um ajuste definitivo nas contas públicas, peça-chave para a estabilização duradoura dos níveis de preços.

O segundo elemento congrega um aparato de distorções estruturais inerentes ao funcionamento do sistema bancário, encobertas permanentemente pela espiral inflacionária que envolvia o país e latentes a partir da queda abrupta e estabilização das taxas de inflação com a edição do real. No fundo, desde o início dos anos 80, o *modus operandi* da economia brasileira – influenciado por freqüentes estratégias monetárias restritivas, potenciadas pela prática de juros estratosféricos –, facilitou o processo de desregulamentação do mercado financeiro. Isto acabou propiciando a proliferação dos bancos múltiplos, a partir de corretoras e distribuidoras de valores e grandes redes comerciais, e a compensação, em larga escala, da menor eficiência operacional dessas instituições, mediante a possibilidade de obtenção de vultosos ganhos inflacionários – que correspondem, essencialmente, ao enorme diferencial entre a remuneração auferida com algumas operações (crédito, intermediação e aplicação de disponibilidades de terceiros) e o custo de captação desses recursos, num ambiente de inflação alta e ascendente.

O *modus operandi* da economia brasileira nos últimos quinze anos facilitou o funcionamento das atividades financeiras sem maiores preocupações com a eficiência operacional.

Esse processo está intimamente atrelado ao exponencial prêmio de risco embutido nos preços dos títulos do governo, lançados no mercado para enxugamento da liquidez e/ou cobertura do déficit público agravado pela cláusula de recompra, o que alimenta a perigosa combinação entre a rolagem da dívida pública interna e a ciranda financeira, símbolo da articulação confusa do governo com o sistema financeiro há mais de quinze anos. O mais grave é que essa ligação promíscua oportunizou o funcionamento das atividades bancárias com estruturas de capitais insuficientes para os padrões mínimos exigidos pelo mercado internacional.

Dessa forma, a acentuada diminuição das receitas de *floating* (ganhos sobre recursos não-remunerados) – com o sensível declínio da inflação e sua subsequente manutenção em patamares reduzidos, desde o lançamento do real – forçou a adoção de programas de racionalização gerencial, redução do número de agências e, sobretudo, aprofundamento da tendência de inversões em automação, com a

implantação de atividades de auto-atendimento que, em última instância, ocasionaram a diminuição do contingente empregado. Calcula-se que os ganhos com intermediação (obtidos com os polpudos juros cobrados dos empréstimos dos haveres garimpados como depósitos à vista) decresceram mais de 30% só no 2º semestre de 1994.

Dentro dessa ordem de problemas, emerge a postura pouco criteriosa dessas entidades na concessão indiscriminada de empréstimos, referendando o rápido e insustentável crescimento do consumo interno ocorrido entre julho de 1994 e janeiro de 1995. Frise-se que esse incremento da demanda interna foi estimulado pela conjuntura de estabilidade monetária e pela facilidade de acesso a produtos importados, propiciada pela continuidade da liberalização comercial (via rebaixamento de alíquotas) e sobrevalorização do câmbio.

Exatamente por isso, a gestão bancária começou a se defrontar, no segundo semestre de 1995, com sérias pressões de liquidez, originadas pela rá-

pida expansão da inadimplência decorrente da implementação das providências governamentais de limitação monetária e creditícia, sobretudo no 1º semestre de 1995. Não obstante, é oportuno salientar que a austeridade monetária só vem precipitar e/ou explicitar um quadro de instabilidade crônica – fruto de toda a sorte de problemas que vão desde o gerenciamento deficiente das organizações até a realização de operações ilícitas – antes encoberto pelo imposto inflacionário apropriado pelo braço financeiro do sistema econômico.

Existem evidências de que o Banco Nacional estaria quebrado há mais de dez anos, o Econômico desde 1994, e o Banespa desde o governo Orestes Quércia. Para coroar o panorama de desempenhos negativos, o Banco do Brasil (BB) registrou prejuízo de R\$ 1,603 bilhão no primeiro trimestre de 1996 e de R\$ 4,2 bilhões em 1995. Esse rombo estaria atrelado, segundo posição oficial da instituição, aos elevados níveis de inadimplência (17% da carteira de crédito) e à dissociação cambial, configurada na correção de ativos no exterior a taxas inferiores ao Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM), base para atualização dos bens e direitos domésticos. Porém, segundo relatório encaminhado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), cerca de 81% do prejuízo contabilizado entre janeiro e março do corrente ano (R\$ 1,294 bilhão) corresponde aos dispêndios operacionais. Essa *performance* tira do BB a condição de maior banco brasileiro, sendo suplantado pela Caixa Econômica Federal (CEF). Levantamento da Fundação Getúlio Vargas (FGV) aponta que o BB apresentou em 1995 ativos totais de R\$ 80,08 bilhões, patrimônio líquido de R\$ 3,46 bilhões e operações de crédito de R\$ 32,29 bilhões, contra, respectivamente, R\$ 80,41 bilhões, R\$ 3,52 bilhões e R\$ 39,25 bilhões da CEF.

No fundo, a administração econômica não fez mais que privilegiar os instrumentos clássicos de elevação dos juros reais, via encurtamento dos prazos de pagamentos e ampliação dos compulsórios sobre operações ativas e passivas, visando, de um lado, conter as pressões inflacionárias vinculadas ao ciclo de aceleração da demanda pós-real e, de outro, manter o controle sobre o balanço de pagamentos em

conta corrente e evitar a evasão líquida de divisas estrangeiras associada aos respingos da turbulência financeira e cambial do México.

Recorde-se que a política econômica conseguiu alterar a corrente cambial e manter a inflação reduzida e cadente, mas ao preço de intensa contração econômica, traduzida em grande parte pela disparada do desemprego. Segundo levantamentos do IBGE, a taxa de desemprego aberto alcançou 6,38% em março de 1996, a maior marca desde maio de 1992 (6,53% no auge da recessão da administração Collor), e a média do primeiro trimestre de 1996 atingiu 5,77% contra 4,36% no mesmo período de 1995.

Outra pesquisa do IBGE acusou diminuição de 9,3% na produção industrial entre janeiro e março de 1996 em relação a idêntico intervalo de 1995. Na mesma direção, o instituto aponta uma redução de 2,07% do PIB do país no primeiro trimestre de 1996, enquanto projeções do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) indicam queda de 0,5% no acumulado de quatro trimestres até junho de 1996 e curva declinante da taxa de investimento, regredindo de 16,2% do PIB em setembro de 1995 para 15,5% em março de 1996. Por fim, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) apurou, no mesmo período, declínio nas vendas e emprego do setor industrial do país de respectivamente 5,5% e 8,7%. Em síntese, o governo decidiu racionalmente fragilizar o nível de atividades para afastar riscos na área externa.

Paralelamente, constata-se crescente deterioração da situação fiscal do setor público – registrando déficit operacional de quase 5% do PIB em 1995 e balanço negativo entre janeiro e abril de 1996 – e impulsão do estoque e fluxo da dívida mobiliária interna. O Tesouro experimentou déficit de R\$ 4,366 bilhões no primeiro quadrimestre do ano contra R\$ 732 milhões em igual intervalo de 1995, configurando aumento de 496%. A dívida mobiliária do governo federal saltou de R\$ 60 bilhões no início do real para os R\$ 138 bilhões atuais, como contrapartida da entrada de recursos externos, socorro aos bancos e juros elevados.

O descontrolo das contas públicas força a manutenção das âncoras monetária e cambial.

É justamente o precário controle das contas públicas que vem obrigando a equipe econômica a manter, de forma intransigente e conjugada, a utilização da valorização cambial, a liberalização comercial e a restrição monetária como elementos de equilíbrio no front inflacionário. O preço a pagar é a ausência de

crescimento econômico, a ocupação de crescentes frações do mercado interno por mercadorias importadas – fragilizando diversos ramos industriais, fabricantes de bens intermediários e finais –, a migração de recursos para segmentos menos sensíveis à concorrência externa, etc.

Em meio a esses entraves e percalços no curso da estabilização macroeconômica, o governo precipitadamente vinculou as dificuldades bancárias (em sua maioria pontuais) à probabilidade de propagação de uma crise em cadeia por todo o aparelho econômico – o chamado risco sistêmico ou efeito dominó –, em vez de incentivar a instauração da CPI dos Bancos no Senado Federal. Imediatamente optou por envolver o Banco Central (BC) na criação do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER).

Apesar da complexa retórica oficial, centrada nos objetivos – explicitados nas Medidas Provisórias nº 1.179, de 03.11.1995, e nº 1.182, de 17.11.1995 – que visam ao reordenamento, ação preventiva e facilitação do processo de ajuste do Sistema Financeiro Nacional rumo a um novo modelo, o PROER surgiu basicamente para socorrer instituições em situação falimentar. A estratégia consiste no financiamento de sua incorporação por outros bancos, na base de recursos oriundos dos depósitos compulsórios, em troca de títulos valorados nominalmente (e não pelo mercado), caracterizando a existência de subsídios concedidos pelo Tesouro Nacional.

Essa iniciativa propiciou as “intervenções saadoras” nos casos do Econômico, Nacional, Banespa, Banerj e outros bancos estatais em regime de administração temporária. Incluem-se aí os prejuízos decorrentes da aceitação de créditos de difícil cobrança, como a carteira imobiliária do Econômico, que foi recusada pelo Excel, quando das negociações para incorporação, e absorvida pela Caixa Econômica Federal, com recursos de R\$ 1,686 bilhão provenientes do PROER, garantidos por papéis considerados podres (R\$ 2,023 bilhões/face).

Curiosamente, essas iniciativas governamentais aconteceram a despeito dos lances de irregularidades constatados na administração dessas entidades, aparentemente não percebidos pelo Banco Central (BC). Vale realçar os rombos escandalosos, o uso político-eleitoral, a maquiagem de balanços para driblar a limitação dos compulsórios, a sonegação de impostos, os depósitos falsos e a classificação de empréstimos vencidos há mais de um ano na rubrica “receitas”. No caso do Nacional, o valor dessas operações atingiria atualmente a cifra de R\$ 6,73 bilhões, sendo que somente o não lançamento das inadimplências como débito passaria de US\$ 2,0 bilhões.

Mais preocupante é que uma decisão recente permite o acesso dessas entidades às linhas de assistência do BC, comprometendo nova fatia de recursos públicos, na cobertura de déficits derivados de incompetência gerencial e/ou operações obscuras, e abalando, por extensão, o capital de credibilidade

política ainda disponível pelo Executivo Federal. O socorro aos bancos estaduais deve custar cerca de R\$ 22 bilhões ao governo federal, equivalendo a 3,6 vezes a arrecadação esperada com a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), 2,8 vezes as dotações orçamentárias para a Saúde em 1995 e 2 vezes as destinações do PROER aos bancos privados.

O balanço detalhado das operações de socorro, realizadas pelo PROER até o final do mês de maio, registrava a perigosa equivalência entre os recursos alocados para a absorção da parte saudável das instituições falidas e as carteiras podres incorporadas pelo BC. Os empréstimos totais alcançaram R\$ 10,9 bilhões, apenas 1,07% acima da quantia assumida pelo BC em créditos podres dos bancos, sendo R\$ 6,5 bilhões do Nacional, R\$ 2,9 bilhões do Econômico e R\$ 800 milhões do Banorte.

Não bastasse tudo isso, o desgaste político do governo é agravado pela barganha com os ruralistas e a bancada mineira no Congresso, na busca de apoio para facilitar a votação e aprovação da Reforma da Previdência, transformando o Executivo Federal em refém de sua própria ofensiva fisiológica. Mais precisamente, no que se refere à Medida Provisória da capitalização do Banco do Brasil, foram acordadas, depois de ameaças de instalação de CPI do BB na Câmara, a inclusão de emenda permitindo ajuda financeira (R\$ 892 milhões) à empreiteira Mendes Júnior e a supressão de quatro artigos que facilitavam a cobrança das dívidas, utilizando bens como garantia, e tratavam da incidência de juros sobre os débitos.

A inadimplência do setor rural com o BB monta a R\$ 10 bilhões contra R\$ 8,245 bilhões em dezembro de 1995, para um total de R\$ 21 bilhões de aplicações. Mas, segundo avaliação da Frente Parlamentar da Agricultura, 30% desses valores representam encargos financeiros acrescentados indevidamente como passivos.

Numa ótica eminentemente conjuntural, no final de abril, o Conselho Monetário Nacional (CMN) decidiu por uma flexibilização monetária, contemplando: a liberação do prazo de financiamento bancário ao consumidor (antes fixado em seis meses); a diminuição de 12% para 6% da alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) nas operações de crédito pessoal, concedido pelo sistema financeiro formal; e a fixação de metas de expansão dos agregados em níveis superiores às previsões de inflação para 1996 (17,6% para o M1 que mede o papel moeda em poder do público mais os depósitos à vista).

No início de maio, as autoridades econômicas liberaram os prazos de financiamento do consumo via cartões de crédito (antes limitados a três parcelas) e

flexibilizaram os consórcios de vários produtos (automóveis, eletrodomésticos e imóveis). Em continuidade, no começo de junho, o CMN procurou reduzir o custo do financiamento no mercado interno, facilitando o acesso ao crédito por parte das empresas, mediante a liberação da captação de recursos com a emissão de títulos próprios (*commercial papers*) e com debêntures lastreadas na securitização de créditos a vencer. Com essas medidas, o governo busca amenizar o aparato de restrição monetária deflagrado no 2º semestre de 1994 e aprofundado no 1º semestre de 1995 para reverter/abortar, de acordo com o que foi afirmado anteriormente, o vigoroso ritmo de expansão da economia, induzido pela estabilização monetária e pela vertente importadora.

Concretamente, as autoridades econômicas tencionam uma espécie de resgate das condições de competitividade das atividades de intermediação financeira, mediante o redirecionamento do financiamento ao consumidor do mercado informal de crédito (especialmente empresas de *factoring*) para os bancos. Especificamente, desaparecem quaisquer barreiras ao arrendamento mercantil de bens, assim como a prazos máximos para transações ativas do sistema (cheque especial, financiamento para eletrodomésticos, entre outras).

Entretanto, tudo indica que esse conjunto de deliberações não deve abrir espaço para reduções relevantes nas taxas de juros, cobradas do tomador de empréstimos, nem produzir substancial aumento na oferta de crédito ou mesmo na concorrência entre as instituições (ainda pouco expostas à competição externa), ou provocar abrupta retomada na propensão a consumir. Apenas a desova de estoques de bens de consumo duráveis (automóveis, eletroeletrônicos e eletrodomésticos) deve ganhar algum fôlego, embora tais segmentos já viessem trabalhando com financiamentos de longo prazo sustentados em captação no exterior. Marginalmente, pode ocorrer deslocamento de parte das vendas realizadas por grandes redes para as empresas de menor porte. Até porque, conforme assinalado, os problemas atuais do varejo e dos bancos podem ser sintetizados num misto de recordes de inadimplência (de empresas e famílias) e de pedidos de falência, alto custo dos empréstimos, desemprego e compressão da massa salarial da população, erodindo o mercado criado pelo real. Não deixa de ser um grupo apreciável de restrições, suficientes para manter os bancos cautelosos na concessão de financiamentos e os consumidores mais resistentes ao endividamento.

Nessas circunstâncias, a tímida interferência nos patamares de juros cobrados de consumidores e empresas, consequência do elenco de providências anunciado, decorre da relativa morosidade na reno-

vação das atuais carteiras e, preponderantemente, da intocabilidade das amarras dos recolhimentos compulsórios sobre os depósitos à vista e a prazo, atualmente beirando os R\$ 42 bilhões. É prudente lembrar que entre as taxas de juros primárias de 2% ao mês praticadas no mercado interbancário e aquelas cobradas na ponta dos empréstimos para capital de giro das empresas e do crédito ao consumidor – acima de 6% e 10% ao mês respectivamente –, aparecem impostos, compulsórios, margens de risco e lucro dos bancos.

Por essas razões, prevalece o firme propósito oficial de limitar a expansão da liquidez da economia, pressionada pela expressiva massa de recursos liberada através do PROER. A interpretação dominante é que as definições do governo, apesar de acertadas, ainda revelam-se tímidas ou exageradamente cautelosas, especialmente se considerados os condicionantes macroeconômicos ainda favoráveis (baixa inflação e elevado estoque de reservas cambiais, embora de caráter volátil) a um maior ritmo de afrouxamento do arrocho creditício e de reativação econômica.

O cenário conjuntural justifica a ativação urgente de instrumentos ou medidas específicas capazes de propiciar resultados mais imediatos, resgatando a credibilidade na política econômica. É crucial a alocação de parte do estoque de quase US\$ 60 bilhões de reservas cambiais, segundo o conceito de liquidez internacional (US\$ 57 bilhões na designação disponibilidade de caixa, no final de maio), na restauração e ampliação da sucateada infra-estrutura econômica do país, base para a retomada do investimento, produção e emprego, e para a diminuição dos custos da economia e a elevação das taxas de retorno das inversões. Afiguram-se ainda como imprescindíveis a detonação de mecanismos corretivos da pronunciada sobrevalorização do real e da ausência de uma estratégia de estímulo ao comércio exterior, sacrificado por enorme carga fiscal (ICMS, Cofins, Pis/Pasep, Imposto de Renda, etc.).

A conjugação desses dois últimos pontos vem constituindo:

- a) crescente fragilização de alguns segmentos produtivos internos – particularmente têxtil (desde a pluma até os manufaturados), calçados, vestuário e autopeças – incapazes de incorporar, no curto prazo, os padrões de produtividade ditados pelo maior nível de exposição à concorrência internacional, derivado da abertura comercial e principalmente do aumento exponencial das importações;
- b) compressão da competitividade exportadora do sistema econômico, contribuindo para a deterioração da balança comercial.

A combinação entre sobrevalorização do real e ausência de estímulos às exportações vem debilitando vários ramos de atividade.

Independentemente dos ajustes nominais na taxa de câmbio *pari passu* com o diferencial entre inflação doméstica e internacional, promovidos pelo BC desde março de 1995, é consensual a acumulação de considerável defasagem cambial durante o segundo semestre de 1994, não recuperada mediante incrementos internos de produtividade, influenciado de forma relevante a elevação do Custo Brasil. Há ainda o efeito do hiato de 2,5 vezes entre juros internos e internacionais (mais variação cambial) e do diferencial de prazos de pagamentos externos, favorecendo o barateamento das importações em quase 20% e a valorização das exportações em menos de 10%.

A manifestação de insatisfação formulada pelo atual Ministro da Indústria, Comércio e Turismo (MICT) quanto às restrições impostas pelos países industrializados às exportações brasileiras – cotas e/ou sobretaxas para suco concentrado de laranja, frango congelado, fumo, produtos siderúrgicos, têxteis e vestuário, e selo ambiental no caso da celulose no mercado europeu – considera apenas as barreiras exógenas às vendas brasileiras no mercado mundial. As outras pressões competitivas à produção nacional, câmbio, juros e acesso ao crédito externo – essenciais para garantia da previsibilidade do cálculo econômico de médio e longo prazo –, não mereceram maiores atenções do MICT, corroborando o inegável cacife político que a calma inflacionária confere ao Ministério da Fazenda.

Nesse contexto, o Encontro Nacional da Indústria, promovido pelos empresários no dia 22 de maio em Brasília, cobrando premência na votação e regulamentação das reformas constitucionais, diminuição do Custo Brasil e das taxas de juros e adoção de uma estratégia comercial mais ousada, sublinha a necessidade de maior disposição e competência das lideranças políticas do Congresso Nacional em articular a aprovação da ampla agenda de mudanças estruturais em ano eleitoral, em paralelo a uma flexibilização da política de austeridade econômica.

É certo que os impactos negativos causados pelo processo de abertura econômica, maximizado pela costura de sobrevalorização do câmbio com juros altos, e seus reflexos no déficit público, só podem ser absorvidos através de ganhos de eficiência do aparelho produtivo operante no país (eliminação da produtividade e diminuição de custos). Esses ganhos devem ser influenciados fortemente pela simplificação e desoneração fiscal e tributária, pela melhoria das condições de infra-estrutura econômica e pelas expectativas favoráveis quanto ao ajuste fiscal

e controle definitivo das contas públicas. Particularmente, a derrubada da Reforma da Previdência no Congresso, antes de representar uma derrota do governo – através da conivência do Legislativo com a manutenção de privilégios a setores específicos – pode traduzir o sepultamento de uma proposta inconsistente e contemporizadora, ensejando oportunidade para discussão de um projeto mais arrojado ancorado por bancadas progressistas.

No varejo, a decisão do MICT de adotar mecanismos de proteção aos fabricantes nacionais de tecidos crus, fios e fibras artificiais, contra a concorrência desleal praticada por Taiwan, China e Panamá (não-membros da Organização Mundial do Comércio - OMC) e Coréia do Sul e Hong Kong, integrantes da OMC, todos comprovadamente praticantes de *dumping* (preço inferior ao cobrado no mercado interno do país exportador), reproduz uma postura defensiva que deve amenizar o desequilíbrio comercial desses segmentos.

Contudo, as expectativas reinantes são de que o procedimento de proteção escolhido – contingenciamento das importações a partir de 1º de junho, utilizado pela 1ª vez desde a liberalização comercial desencadeada em 1990 – consiga abrir flancos para a fixação de uma estratégia industrial específica, centrada na revisão das tarifas de importação de toda a cadeia têxtil (incluindo pluma, fios, tecidos e confecções), rigorosamente combinada com a minimização da apreciação cambial, e no criterioso financiamento da reestruturação tecnológica do parque industrial, ocupando o espaço das atuais ações tópicas.

Também nas atuações específicas, o governo procurou resgatar alguns mecanismos de apoio ao comércio exterior, mediante a instituição de nova linha de crédito às exportações, com recursos do BNDES. O Banco disponibilizará US\$ 1 bilhão nos próximos doze meses para financiar a produção de bens exportáveis dos ramos de autopeças, móveis, calçados, confecções, rochas ornamentais, artefatos de plástico, cerâmica, cutelaria e produtos eletroeletrônicos. O teto dos empréstimos equivale a 85% do valor exportado ou US\$ 10 milhões, com carência e pagamento de respectivamente 9 e 15 meses, remunerados pela *libor* semestral acrescida de encargos financeiros de 5% ao ano e variação cambial.

Embora o Ministério do Planejamento estime redução do custo financeiro em 2/3 diante das taxas praticadas no mercado interno, é importante destacar os reduzidos valores tanto dos financiamentos individuais quanto do montante global alocado, repre-

sentando pouco mais de 2% das exportações anuais do país, confirmando sua restrita capacidade de compensar os prejuízos associados à manutenção da âncora cambial.

Na prática, não deixa de ser mais uma tentativa para recuperar a rentabilidade e aprimorar a competitividade das exportações brasileiras, estendendo a abrangência da revitalização do Programa de Apoio à Exportação de Produtos Manufaturados (Finamex), destinado a máquinas e equipamentos. Essa decisão acontece num momento de perda de atratividade dos Adiantamentos de Contrato de Câmbio (ACCs) – válvula de escape do movimento financeiro das exportações – em virtude do declínio dos juros e do forte ingresso de capitais externos voláteis, pressionando para baixo as taxas de câmbio e acentuando a apreciação do real.

Em suma, a abertura do esquema creditício contribui para o equacionamento apenas temporário do problema cambial, dispensando ou reduzindo a probabilidade de atualizações mais rápidas e pronunciadas na cotação do real em relação ao dólar. Porém, a compensação efetiva da âncora cambial e a retomada do volume e das condições de competitividade das exportações requerem novas rodadas de apoio ao setor externo, contemplando seguro de crédito e redução do Custo Brasil – via desgravamento fiscal (diminuição de impostos e tarifas portuárias), recuperação e aprimoramento da infra-estrutura de transporte (portuária, rodoviária e ferroviária), energia elétrica e telecomunicações e aceleração das privatizações – e incluindo segmentos com forte articulação internacional, como agroindústria e papel e celulose.

A Situação da Triticultura no Contexto Estadual e Nacional

Julio Takeshi Suzuki Júnior*

Os agricultores paranaenses investiram no trigo este ano. Foram plantados aproximadamente 953 mil hectares, superando os 579 mil hectares da safra passada. Segundo estimativas do Departamento de Economia Rural (Deral), da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, a produção do grão no Estado deverá totalizar cerca de 1,8 milhão de toneladas, volume que corresponde a um incremento de 87,5% em relação a 1995, quando foram colhidas somente 960 mil toneladas (tabela 1). A safra brasileira também apresentará considerável crescimento. Projeções da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) apontam produção de 2,6 milhões de toneladas, representando aumento de 72,5% em comparação ao ano passado.

TABELA 1 - PRODUÇÃO DE TRIGO NO PARANÁ - 1987-1996

ANO	PRODUÇÃO (t)
1987	3 300 000
1988	3 250 000
1989	3 207 000
1990	1 394 052
1991	1 825 959
1992	1 600 000
1993	1 023 000
1994	1 012 439
1995	960 000
1996 ⁽¹⁾	1 800 000

FONTE: SEAB/DERAL
(1) Estimativa.

Entretanto, esta recuperação da triticultura tem caráter estritamente conjuntural, pois está sendo sus-

tentada unicamente pela elevação das cotações da *commodity* no mercado externo. Um possível retorno dos preços internacionais do grão aos níveis históricos, apesar de ser improvável a curto e médio prazos, poderá iniciar novamente um processo de declínio da produção brasileira, especialmente diante da ineficiência dos instrumentos da atual política agrícola, gerada pela rápida deterioração da capacidade de financiamento da União.

A pressão exercida pela valorização do trigo sobre os custos de produção da farinha e seus derivados quase resultou, no início do ano, na redução do imposto de importação do cereal. As indústrias de moagem solicitaram a diminuição da alíquota da Tarifa Externa Comum (TEC) do Mercosul de 10% para 2%. A decisão do governo federal de rejeitar mudanças na tributação representou a precaução diante das possíveis conseqüências da redução tarifária sobre a balança comercial, e não a preocupação com a competitividade do produto nacional. De acordo com a Conab, as importações de agosto de 1995 a julho de 1996 atingirão 6,1 milhões de toneladas (tabela 2), devendo exigir desembolso de divisas ao redor de US\$ 1,7 bilhão.

* Administrador de Empresas, técnico da equipe permanente desta publicação.